

Aviso nº 01/2026 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido da **Promotoria de Justiça Regional de Direitos Sociais do Vale do Ribeira – Área da Saúde**, com fundamento na Lei Complementar nº 75/93, no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, no artigo 113, da Lei Complementar Estadual nº 734/93, e nos artigos 61 e 62 do Ato nº 484/06 – CPJ, comunica aos interessados que será realizada **Audiência Pública**, conforme segue:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DIREITOS SOCIAIS DO VALE DO RIBEIRA

PAA n.º 2619.0000025/2024

A Promotoria De Justiça Regional De Direitos Sociais Do Vale Do Ribeira – Saúde **CONVIDA** toda a comunidade, representantes de movimentos sociais, entidades da sociedade civil, profissionais e gestores da saúde, operadores do direito e o público em geral para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** sobre o tema “**Enfrentamento à Violência Obstétrica e Fortalecimento dos Direitos Reprodutivos no Vale do Ribeira**”, que será realizada **no dia 20 de março de 2026, a partir das 09h00, no Auditório do SESC-Registro, situado na Avenida Prefeito Jonas Banks Leite, nº 57, Centro, Registro/SP.**

I – OBJETIVOS:

- a) apresentar à sociedade os resultados da pesquisa regional realizada pelo Ministério Público sobre violência obstétrica no Vale do Ribeira;
- b) ouvir relatos, experiências, críticas e sugestões de mulheres usuárias do sistema de saúde na região do Vale do Ribeira, profissionais de saúde, gestores públicos, entidades e movimentos sociais;

- c) coletar elementos fáticos, técnicos e testemunhais para subsidiar a atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público, inclusive para eventual celebração de Termo de Ajustamento de Conduta;
- d) dar transparência e legitimar socialmente as providências adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento da violência obstétrica na Região do Vale do Ribeira;
- e) identificar demandas e propor estratégias para a criação de protocolos de humanização nas unidades de saúde da região.

II - PROGRAMAÇÃO:

9h: recepção dos participantes e assinatura da lista de presença;

9h20: abertura dos trabalhos;

9h40: apresentação dos resultados da pesquisa regional sobre violência obstétrica pelo Ministério Público;

10h30: manifestação dos convidados e autoridades públicas;

12h: intervalo;

13h30: escuta do público inscrito para intervenções orais e relatos de vivências;

15h30: manifestação de representantes das unidades hospitalares e gestores;

16h30: Encerramento dos trabalhos e encaminhamentos.

III. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO:

- as manifestações dos presentes devem ser precedidas de inscrição prévia até o dia **27 de fevereiro de 2026**, ou até que seja atingido o limite de 24 (vinte e quatro) inscritos, por meio de formulário eletrônico disponível no link: <https://forms.office.com/r/ipBH3AJHJG?origin=lprLink>. Cada manifestação terá duração máxima de **05 (cinco) minutos**;
- as autoridades públicas presentes poderão se manifestar pelo tempo máximo de **10 (dez) minutos**, também mediante prévia inscrição e identificação;

- será admitida **uma única manifestação oral por entidade ou instituição;**
- os representantes do Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua, Hospital São João e Hospital São José poderão se manifestar por meio de um único representante, pelo tempo máximo de **15(quinze) minutos;**
- a eventual realização de debates presenciais entre os presentes que se manifestarem será regulada pelo Promotor de Justiça presidente da Audiência Pública;
- **não será necessária inscrição** para as pessoas que pretendam apenas comparecer à Audiência Pública como ouvintes;
- o teor da Audiência Pública será registrado em ata, a qual será amplamente divulgada, nos termos da normatização aplicável.

E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital.

Registro,

Rodrigo Lúcio dos Santos Borges

Promotor de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO LUCIO DOS SANTOS BORGES**, em 09/02/2026 às 16:49.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **2619.0000025/2024** e código 2cb36c44-3913-49d0-954c-e269c20fbded.
